

Armação ilimitada

Quer dizer então que a subcomissão do Senado que investigava o caso do tribunal superfaturado de São Paulo e, por via de consequência, as atividades extra-curriculares do senhor Jorge Caldas Pereira, acabou por culpa da oposição?

Pelo menos é o que se depreende das declarações do senador que presidia os trabalhos e que, na quarta-feira, renunciou ao cargo afirmando que o altivo PMDB não compactua com farsas daquela natureza e lamentando que a oposição tenha perdido a excelente oportunidade investigativa. Isso porque os senadores Heloísa Helena e Jefferson Peres, do PT e PDT, respectivamente, deixaram a comissão ao perceberem que estavam apenas convalidando um teatro.

Se erro houve nas condutas dos senadores oposicionistas, foi terem demorado além do tempo desejável para notar o que desde o começo estava claríssimo: a subcomissão foi montada do jeito que foi para não chegar a lugar algum.

Apenas no início houve uma aposta sincera. Se Eduardo Jorge se saísse mal no depoimento, o governo não mais se responsabilizaria pela proteção do ex-auxiliar. Como ele saiu-se muitíssimo bem – o que não quer dizer prova de inocência, dado que era apenas o seu depoimento –, todos os governistas integrantes ou não da subcomissão sabiam que o fim melancólico era questão de tempo.

Entre os que sempre estiveram perfeitamente conscientes do papel que desempenhavam, constam a direção e os senadores do PMDB, aí ressaltados os que foram usados para legitimar a armação: Pedro Simon e Amir Lando.

Quando houve reações de estranheza à indicação de um senador inimigo do presidente da República para presidir a subcomissão, a direção do partido correu a explicar nos bastidores: Renan Calheiros estava sob controle, era parte do jogo que mais adiante incluiria – e incluirá – a indicação dele para líder do PMDB no Senado, no lugar de Jader Barbalho.

Em respeito à inteligência humana, o PMDB e o Palácio do Planalto poderiam se abster de simular surpresa com a debandada. Ora, dois dias antes da renúncia, já se tratava abertamente da necessidade de a oposição fazer um gesto político de abandono daquilo que já estava abandonado à própria sorte.

A retirada oficial da oposição era a oportunidade que os pemedebistas estavam esperando para fazer a cena de sempre com as habituais simulações de ordem ética que, por excesso de uso, já começam a cair em desuso.

Mais lamentável que a ausência de senso crítico de quem culpa a oposição, só a própria oposição que aceitou compartilhar da farsa muito além do tempo de maturação. E a decisão tanto acabou caindo de podre que foi capitalizada pelo PMDB, como se não fosse o PMDB o principal responsável pela montagem da solução para aplacar o escândalo que, na ocasião, ardia nos calcanhares do Planalto.

O partido agora ainda tem a desfaçatez de dizer que se houver fato novo, estará justificada a instalação de uma CPI. Isso para parecer que avançou de posição e que apóia a comissão de inquérito que a oposição vem pedindo desde o começo.

Trata-se de mais uma falácia. Primeiro que o tal “fato novo” vem sendo cobrado desde o início pelo governo para justificar a CPI. Portanto, o discurso é o mesmo de antes. Segundo, talvez o “fato novo” tivesse surgido, caso a subcomissão não fosse conduzida desde o início em direção ao cadafalso.

Que os partidos façam lá suas espertezas ou articulem suas jogadas de efeito para obter os melhores resultados, nada de mais. O que não podem é querer que as pessoas acreditem nas histórias que contam com cara de noviça em procissão de Virgem Maria.

Dia de amanhã

Hoje, o fim da subcomissão pode ser contabilizado como vitória governista. Já não se poderá dizer o mesmo se amanhã as investigações do Ministério Público – que continuam – chegarem à conclusão de que Eduardo Jorge tinha culpa no cartório.

Nessa hipótese, o governo ficará muito mal por causa do firme empenho em encerrar depressa as investigações e dificilmente conseguirá impedir que a instalação de uma CPI se dê em clima de condenação antecipada.